

CICLO DE PROTESTOS DE 2013: CONTRIBUIÇÕES DO CAMPO DE ESTUDOS DE MOVIMENTOS SOCIAIS E PROTESTO PARA A ANÁLISE DE UM OBJETO DE DISPUTA

2013 CYCLE OF PROTESTS: CONTRIBUTIONS FROM THE FIELD OF SOCIAL
MOVEMENTS AND PROTEST STUDIES FOR THE ANALYSIS OF AN OBJECT OF
DISPUTE

Marcelo Kunrath Silva

Graduado em História, Mestre e Doutor em Sociologia, é professor titular do Departamento de Sociologia e Professor Permanente do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Desenvolve pesquisa em temas da Sociologia Política. Coordena o Grupo de Pesquisa Associativismo, Contestação e Engajamento (GPACE/UFRGS).

RESUMO

O objetivo do artigo é apresentar argumentos e conceitos que auxiliem na compreensão do ciclo de protestos de 2013 com base na perspectiva do campo de estudos de movimentos sociais e protestos. Considera-se que essa é uma contribuição relevante, uma vez que uma parcela significativa das interpretações e análises de 2013 não dialoga com o conhecimento acumulado por esse campo de estudos. Orientado por esse objetivo, o artigo busca evitar a controvérsia relacionada às tentativas de atribuição de um “sentido de 2013”, que marca grande parte do debate público. Ao contrário, propõe-se que heterogeneidade, ambiguidade, conflitualidade e dinamicidade devem ser tratados como elementos que conformam o ciclo de protestos de 2013 e impossibilitam a atribuição de um “sentido” ao mesmo.

PALAVRAS-CHAVE: ciclo de protestos; movimentos sociais; Jornadas de Junho.

ABSTRACT

This paper aims to present arguments and concepts that help understanding the 2013 cycle of protests from the field of social movements and protest studies. This is considered to be a relevant contribution, since a significant portion of the 2013 interpretations and analyzes do not dialogue with the knowledge accumulated by this field of study. Guided by this objective, the paper seeks to avoid the controversy related to attempts to attribute a “meaning of 2013”, which is highlighted by the public debate. On the contrary, it is proposed tha heterogeneity, ambiguity conflict and dynamism should be treated as elements that make up 2013 cycle of protests and make it impossible to assign a “meaning” to it.

KEYWORDS: cycle of protests; social movements; 2013 protests.

Introdução

Apesar de passados dez anos, os protestos de 2013 continuam sendo objeto de intensas disputas interpretativas. As inúmeras análises de intelectuais, jornalistas e ativistas publicadas em 2023 tendem a reproduzir as controvérsias que marcam as interpretações de 2013 desde o seu início.¹ Assim, apesar do significativo acúmulo de conhecimento realizado por pesquisas que analisaram diversas dimensões das manifestações, o debate público tende a manter esse evento crítico como um processo enigmático e controverso.

No entanto por que isso ocorre? E por que o debate tende a estar preso em uma disputa entre defensores e detratores de 2013 que, por vezes, descamba para o maniqueísmo explícito? Uma resposta para essa pergunta encontra-se, me parece, na forma como as interpretações sobre 2013 no debate público tendem a se estruturar: em vez de o foco estar centrado na análise do que ocorreu e na tentativa de compreensão/explicação sobre como se produziu aquele processo, a tendência é centrar-se na identificação ou, mais corretamente, na atribuição de um “sentido” para 2013.

Analisando as interpretações, observa-se que o “sentido de 2013”, em grande medida, é definido pela forma como intérpretes compreendem a relação entre a política contestatória e a política institucional naquele contexto da Presidência da República ocupada pelo Partido dos

¹ Optou-se, na construção da argumentação deste artigo, em abordar a já vasta literatura acadêmica, jornalística e militante sobre 2013 de forma abrangente, sem a referência direta a obras ou autoras/es. Na medida em que o objetivo é discutir com alguns argumentos que perpassam essa literatura e não com posições específicas da mesma, essa opção pareceu a mais adequada.



Trabalhadores (PT). Simplificando as interpretações em duas posições polares, o que obviamente produz uma perda da diversidade e complexidade dos argumentos e análises, percebe-se, de um lado, intérpretes que veem 2013 como um processo de eclosão de forças sociais e políticas que estavam contidas pela crescente institucionalização de parcelas significativas da sociedade civil brasileira e, especialmente, de sua principal organização de representação política – o PT. Se a “aposta institucional” do projeto democrático-popular foi objeto de críticas desde a década de 1980, o fato é que ela se constituiu em elemento orientador da atuação dos diversos agentes que conformavam o “campo ético-político” (DOIMO, 1995) estruturado em torno do PT. Sem deixar de lado formas confrontacionais de ação coletiva, tais agentes tenderam a direcionar sua atuação para os espaços institucionais que se abriam, com base na disseminação das instituições participativas e das políticas públicas implementadas com a participação da sociedade civil, seja com base nas conquistas eleitorais do PT nos legislativos e executivos municipais, estaduais e federal.

A chegada de Lula à Presidência da República em 2003 constitui o ápice desse processo. E, ao mesmo tempo, seu limite. Desde 2003, observam-se crescentes críticas aos obstáculos impostos por um sistema político que obrigava a constituição de coalizões com forças políticas posicionadas à direita do espectro ideológico, que não apenas geravam bloqueios a políticas redistributivas e de expansão de direitos, mas também reproduziam práticas tradicionalmente denunciadas pelo próprio PT, como o fisiologismo e a corrupção. Frente a esse quadro, os protestos de 2013 emergem como um

movimento de ruptura com os limites impostos pela política institucional, com seu déficit democrático e conservadorismo. A ação coletiva contestatória nas ruas seria uma resposta societária aos setores da esquerda capturados por uma institucionalização paralisante das utopias de transformação social.

De outro lado, identificam-se interpretações que argumentam que os protestos de 2013 expressam ou abrem oportunidades à expressão de atores sociais e políticos que se opunham às conquistas que a “aposta institucional” de parcelas majoritárias das forças progressistas vinha produzindo no país, particularmente a partir de 2003. Tal interpretação não deixa de reconhecer que o projeto democrático-popular enfrentou diversos obstáculos em função das necessidades de composição das coalizões governamentais, mas tende a destacar políticas públicas e legislações promovidas pelo governo federal que confrontavam mecanismos importantes na reprodução das profundas desigualdades e violências que estruturam a sociedade brasileira. Frente a isso, setores dominantes da sociedade brasileira teriam iniciado um processo de organização e mobilização social que, ao longo do tempo, foi se articulando em torno da causa do combate à corrupção dos governos petistas.

Nessa interpretação, 2013 seria o momento em que tais setores, aproveitando e sequestrando a mobilização de segmentos mais radicalizados à esquerda, produzem uma primeira grande ação coletiva que confronta diretamente o governo federal petista e difunde nacionalmente o denominado antipetismo. Ao oportunizar essa mobilização de forças sociais e políticas heterogêneas, mas conectadas pelo antipetismo, 2013 teria aberto a “caixa de Pandora” ou chocado o “ovo da serpente” do qual emerge uma



extrema-direita organizada e com crescente protagonismo político nos anos posteriores.

Como se observa nessa análise simplificada do debate público, um elemento central das disputas sobre o “sentido de 2013” localiza-se na forma como são interpretadas as experiências governamentais petistas, a “aposta institucional” que as fundamenta e o significado de ações contestatórias que confrontam os limites da atuação política institucional. Em outras palavras, o que as interpretações e análises sobre 2013 tendem a expressar é uma reatualização do antigo e permanente debate sobre estratégias e repertórios da ação política voltada à transformação social. E determinado “sentido” é atribuído a 2013 a depender das diferentes posições que intérpretes adotam nesse debate.

A volta de Lula e do PT à Presidência da República em 2023, liderando uma coalizão marcada por ampla heterogeneidade político-ideológica, permite compreender a permanência desse debate que perpassa as análises sobre 2013 e seus legados. Defensores e detratores de 2013 buscam identificar, analisar e debater os erros (Do governo? Do PT? Da oposição de esquerda? Dos manifestantes?) que criaram (ou, ao menos, oportunizaram) as condições para a ascensão da extrema-direita, de forma a evitar a repetição de um processo de desdemocratização que desestruturou o sistema político da Nova República e quase culminou na instauração de um regime abertamente autoritário.

Esse debate, que articula elementos analíticos e político-normativos, é de extrema importância para o enfrentamento dos riscos autoritários e dos

desafios à reconstrução da democracia brasileira. Mas essa não é a perspectiva e a intencionalidade que orienta o presente ensaio. Em vez de inserir-se e posicionar-se nesse debate que atravessa grande parte das interpretações sobre 2013, o objetivo do artigo é mais modesto: apresentar alguns argumentos e conceitos que auxiliem na compreensão dos protestos de 2013 a partir da perspectiva do campo de estudos de movimentos sociais e protestos. Considera-se que essa é uma contribuição relevante, uma vez que uma parcela significativa das interpretações e análises de 2013 não dialoga com o conhecimento acumulado pelo campo de estudos de movimentos sociais e protestos e, assim, não conhece e/ou não emprega importantes ferramentas teórico-metodológicas construídas pelo mesmo.

Orientado por esse objetivo, o artigo busca evitar uma posição de “juiz” que pretende arbitrar sobre controvérsias e disputas que, entende-se, são constitutivas do próprio objeto de análise. Em outras palavras, em vez de pretender definir o verdadeiro e único “sentido de 2013”, o artigo assume que as disputas sobre tal “sentido” devem ser tratadas como parte fundamental do processo em análise. Assim, heterogeneidade, ambiguidade, conflitualidade e dinamicidade tornam-se elementos que conformam o ciclo de protestos de 2013. E o enigma a ser respondido não está em encontrar uma verdade simples oculta por trás de tais elementos, mas, sim, aceitar e compreender a complexidade de um processo conflitivo que constitui um evento crítico produtor de uma inflexão na história política brasileira.



O desafio da conceituação

Como conceituar o processo ocorrido em 2013? Significativamente, essa pergunta aparentemente simples ainda não tem uma resposta consensualmente aceita. Deixando de lado os termos do campo ativista (tais como levante, revolta, insurgência, jornadas etc.) que vem sendo mobilizados desde 2013 para nomear as manifestações e, assim, conferir determinado “sentido” às mesmas, discute-se aqui três conceitos do campo de estudos de movimentos sociais que por vezes são utilizados para apreender teoricamente o processo ocorrido em 2013: movimento social, campanha e ciclo de protesto.

Na medida em que a eclosão de protestos massivos foi um dos elementos mais marcantes de 2013, observa-se a tendência de uma parte das interpretações utilizarem o conceito de movimento social para abordar e definir o que foi aquele processo. Tal uso, em parte, se assenta na tendência de identificação entre protesto e movimento social, uma vez que o protesto seria (ou, ainda, deveria ser) a forma preferencial por meio da qual movimentos sociais atuam e se expressam politicamente. Uma análise mais detida dos conceitos de protesto e de movimento social, no entanto, mostra que essa associação direta e automática entre os objetos empíricos que tais conceitos pretendem apreender é equivocada.

O conceito de protesto, de um lado, designa uma forma ou tática de ação que integra aquilo que a literatura conceitua como repertório de ação coletiva (TRAUGOTT, 1995; TILLY, 2006; ALONSO, 2012;), podendo ser utilizado por distintos agentes para a defesa ou promoção de seus interesses ou demandas.

Como sintetizam Rucht, Koopmans e Neidhardt (1999: 9): “De uma maneira muito geral, o protesto (coletivo) pode ser entendido como uma expressão pública de dissidência ou crítica que é frequentemente combinada com reivindicações que, se realizadas, afetariam os interesses de grupos específicos da sociedade.”

Assim, enquanto tática que integra um repertório de ação coletiva, o protesto não é uma “propriedade” dos movimentos sociais. Como destacam novamente Rucht, Koopmans e Neidhardt (1999, p. 9): “não devemos igualar o estudo do protesto com o estudo dos movimentos sociais. Os movimentos sociais tendem a protestar, mas nem todos os protestos são conduzidos por movimentos sociais.” Da mesma forma, movimentos sociais podem participar de protestos que envolvem outros agentes além daqueles que participam das redes movimentalistas.

O conceito de movimento social, de outro lado, se refere não a uma tática ou forma de ação, mas a um agente ou, mais propriamente, a uma rede de agentes que se identificam e atuam coletivamente na defesa ou promoção de uma causa frente a opositores. Apesar de apresentar diversas definições, o conceito de movimento social tende a articular três elementos: a vinculação a uma relação de conflito; a heterogeneidade interna; e o compartilhamento de uma identificação coletiva. Esses elementos encontram-se, por exemplo, na influente definição de Diani (1992, p. 5), segundo a qual movimentos sociais são “redes de interação informal entre uma pluralidade de indivíduos, grupos e/ou organizações engajadas em um confronto político e/ou cultural e baseadas em uma identidade coletiva compartilhada”. Como se percebe nessa



descrição, movimentos sociais não se definem pelas táticas que utilizam. Ao contrário, movimentos sociais tendem a utilizar e combinar diversas táticas contextualmente disponíveis, incluindo o protesto, para a defesa ou promoção de suas causas, conformando um repertório de ação mais ou menos plural.

Com base nessas definições conceituais de protesto e movimento social, argumenta-se que as manifestações de 2013, particularmente no mês de junho, não podem ser apreendidas conceitualmente nem como um movimento social nem como protestos realizados por um movimento social. Apesar da presença do conflito e da heterogeneidade de agentes, os protestos de 2013 se caracterizam pela falta de uma identificação estruturante em torno da defesa ou promoção de uma causa comum. Ao contrário, uma das marcas distintivas de 2013 é a ausência dessa identidade coletiva compartilhada, uma vez que o protesto reuniu causas não apenas heterogêneas, mas abertamente contraditórias. O ponto articulador de 2013 encontra-se, assim, no compartilhamento da tática (protesto) e não da(s) causa(s).

Outro conceito utilizado para apreender teoricamente as manifestações de 2013 é o de campanha. Na literatura de movimentos sociais, o conceito de campanha é utilizado para abordar processos de ação coletiva nos quais uma coalizão temporária de agentes se constitui para a defesa ou promoção de uma demanda específica. Segundo Charles Tilly e Sidney Tarrow (2007):

Uma campanha é um esforço público sustentado e organizado que faz reivindicações coletivas a determinadas autoridades. Ao contrário de uma petição



individual, declaração ou reunião massiva, uma campanha se estende além de qualquer evento único. (...) As reivindicações podem ter como alvo funcionários do governo, mas as "autoridades" em questão também podem incluir proprietários, funcionários religiosos e outros cujas ações (ou omissões em agir) afetam significativamente o bem-estar de muitas pessoas. (TILLY; TARROW, 2007, p.119)

Os exemplos mais marcantes e de maior amplitude na história política do país a partir da redemocratização seriam a campanha das Diretas, a campanha pelo Impeachment de Fernando Collor e a campanha pelo Impeachment de Dilma Rousseff. Outros exemplos recentes seriam a campanha pela descriminalização do aborto, a campanha contra a construção da Hidroelétrica de Belo Monte e a campanha contra o Marco Temporal. Assim como protestos, campanhas podem e, de fato, são realizadas por movimentos sociais. Mas também como protestos, nem todas as campanhas são realizadas por movimentos sociais e nem todos os agentes que integram as coalizões que conformam as campanhas são agentes que integram redes movimentalistas.

Apesar de serem marcadas pela heterogeneidade e pela conflitualidade, as manifestações de 2013, particularmente no seu período de massificação no mês de junho, carecem de um elemento fundamental para poderem ser conceituadas como uma campanha: a ausência de uma demanda articuladora da profunda diversidade de agentes participantes dos protestos. Assim como

não possuía uma causa identificadora, o conjunto de agentes presentes nas ruas em junho de 2013 também não tinha uma demanda comum em torno da qual poderia se estruturar a coalizão promotora de uma campanha. Ao contrário, a justaposição de demandas diversas e contraditórias foram a marca de 2013. E essa característica ajuda a compreender a efemeridade das mobilizações massivas, que não conseguiram reproduzir-se além do mês de julho e conformar uma efetiva campanha sustentada ao longo do tempo.

Por fim, frente à inadequação dos conceitos de movimento social e campanha para apreender teoricamente o processo conflitivo ocorrido em 2013, propõe-se o conceito de ciclo de protestos como aquele que apresenta maior adequação às características empíricas das manifestações de 2013. O conceito de ciclo de protestos é assim definido por Tarrow (2009):

Uma fase de conflito acentuado que atravessa um sistema social: com uma rápida difusão da ação coletiva de setores mais mobilizados para outros menos mobilizados; com um ritmo rápido de inovação nas formas de confronto; com a criação de quadros interpretativos de ação coletiva, novos ou transformados; com uma combinação de participação organizada e não organizada; e com sequências de fluxos intensificados de informação e de interação entre os desafiantes e as autoridades. (TARROW, 2009, p. 182)

Como se observa nessa definição, o conceito de ciclo de protestos aborda processos de difusão social de uma tática – o protesto – entre diferentes segmentos da sociedade em determinado período de tempo. Nesse sentido, diferentemente de um movimento social e uma campanha, um ciclo de protestos é constituído por agentes diversos que se mobilizam de forma interrelacionada e interdependente, mas sem que haja o compartilhamento de causa ou demanda. Em outras palavras, o que se difunde em um ciclo de protesto é a ação coletiva confrontacional, que é apropriada e utilizada por diferentes agentes para defenderem ou promoverem distintas causas ou demandas. E, por não compartilharem causas e demandas, tais agentes não formam propriamente uma coalizão, como em uma campanha, ou constituem uma identidade coletiva, como em um movimento social. O resultado, assim, é que ciclos de protestos tendem a ser marcados por uma rápida e intensa mobilização seguida de rápida desmobilização. Segundo Tarrow (1995, p. 94-95), os ciclos de protesto conformam “uma onda crescente e depois decrescente de ações coletivas interrelacionadas e as reações a elas, cuja frequência, intensidade e formas agregadas aumentam e depois diminuem em proximidade cronológica aproximada”.

A complexidade da causalidade

Paralelamente ao espanto com a rápida difusão do ciclo de protestos de 2013 e a dificuldade de enquadramento teórico desse processo, tenderam a proliferar quatro chaves explicativas nas interpretações sobre as “causas” das manifestações. A primeira vincula diretamente o ciclo de protestos brasileiro a um ciclo de protestos global, interpretando o processo nacional como a



expressão local de um processo conflitivo transnacional produzido por “redes de indignação e esperança” (CASTELLS, 2015). A segunda aborda o ciclo de protestos como expressão de mal-estar e revolta de segmentos da sociedade brasileira (com ênfase no denominado precariado e na juventude, mas também abarcando forças políticas de esquerda críticas aos governos petistas) que enfrentavam os limites de um modelo de desenvolvimento e de um sistema político incapazes de produzirem transformações estruturais em um quadro de desigualdades profundas e violências disseminadas. A terceira destaca a atuação de forças sociais e políticas de direita, incluindo a mídia corporativa, que vinham se organizando e mobilizando desde o início do governo Lula, em 2003. Por fim, a quarta chave explicativa enfatiza os impactos das mudanças nas tecnologias de informação e comunicação, em especial a conexão entre telefonia móvel e internet nos smartphones e a difusão do uso das plataformas de rede social, que oportunizavam condições inéditas, eficazes e de baixíssimo custo para os processos de mobilização e a difusão social dos protestos.

Essas diferentes explicações identificam processos que, na sua articulação, construíram as condições para a ocorrência do ciclo de protestos de 2013. De fato, esse ciclo de protestos deve ser compreendido tanto a partir da perspectiva de processos transnacionais, como o ciclo global de protestos que marca o início dos anos 2010 e as profundas mudanças tecnológicas com seus impactos sobre a configuração da ação coletiva contestatória, quanto a partir da perspectiva de processos nacionais, como as crescentes insatisfações e mobilizações de forças sociais à direita e à esquerda do espectro político.



No entanto, considera-se que a literatura ainda carece de um modelo explicativo mais qualificado e empiricamente fundamentado para abordar o ciclo de protestos de 2013. Observa-se a tendência de tomar a existência de determinadas condições para a ocorrência do protesto como sendo suficiente para a causação do mesmo. No entanto, como ensinam diferentes abordagens teóricas do campo de estudos de movimentos sociais, existem diversas mediações entre as condições e a ação. Esta última nunca é um desdobramento mecânico e automático das primeiras. Assim, um modelo explicativo demanda a identificação e análise da atuação de diversos agentes que, interpretando e atuando frente às condições específicas que conformam o contexto de 2013, construíram aquele ciclo de protestos.

Essa demanda responde a duas importantes contribuições teórico-metodológicas do campo de estudos de movimentos sociais e protesto. De um lado, diversas perspectivas teóricas (tais como a teoria dos novos movimentos sociais, a teoria da mobilização de recursos e a teoria do processo político) se opõem às tentativas de explicar a constituição e atuação de movimentos sociais como decorrência de determinadas condições conjunturais. Como destaca criticamente Alberto Melucci (2001), há uma tendência a referir-se aos movimentos sociais:

Como efeitos de uma situação histórica ou produtos de uma certa conjuntura (refere-se, por exemplo, à crise econômica ou às contradições do sistema), sem levar em conta as motivações, o sentido, os componentes da ação coletiva, como se



os modos por meio dos quais esta ação se constitui e se mantém no tempo fossem irrelevantes com relação ao jogo das variáveis “estruturais”. (MELUCCI, 2001, p. 29)

Em oposição a essa tendência, tais perspectivas teóricas chamam a atenção para a necessidade de apreender e analisar a ação coletiva como um processo socialmente construído, que envolve diversos mecanismos: produção de identificação coletiva, mobilização de recursos, formação de redes de sociabilidade, construção organizacional etc.

De outro lado, autores como Alberto Melucci destacam que a construção social da ação coletiva, em grande medida, tende a ocorrer fora da percepção de quem está excluído das redes de sociabilidade militante. Sem integrar e conhecer esse processo, muitas análises são marcadas por uma “miopia do visível”, ou seja, tendem a perceber apenas a ação coletiva que emerge na cena pública, “ignorando (...) a produção de códigos culturais que constitui a principal atividade das redes submersas do movimento, além da condição para a visibilidade da ação” (2001, p. 26).

Essas orientações teórico-metodológicas são particularmente relevantes para confrontar uma tendência que marca parte das explicações do ciclo de protesto de 2013: o argumento da espontaneidade. O argumento da explosão espontânea da “revolta popular” exemplifica a “miopia do visível” criticada por Melucci, a qual oculta uma diversidade de agentes e ações que construíram e disputaram o processo que “explode” nas ruas do país em junho de 2013. Essa defesa na necessidade de focar na ação de múltiplos agentes que

constroem socialmente o ciclo de protestos segue a perspectiva de Rucht, Koopmans e Neidhardt (1999, p. 9), para quem o protesto “não é uma forma de comportamento irracional e espontâneo resultante do ‘contágio’. O protesto é, antes, uma forma racionalmente escolhida, organizada e estrategicamente aplicada de articular e perseguir interesses políticos”.

A perspectiva proposta por Melucci também é analiticamente útil para a ruptura com outra “miopia do visível” que marca parte das interpretações de 2013: o argumento da “manipulação” pela mídia e/ou as redes sociais. Do argumento empiricamente sustentável de que setores da mídia corporativa e plataformas de redes sociais (com destaque para o Facebook) foram agentes/arenas importantes para a construção e conformação do ciclo de protestos de 2013 deriva-se, por vezes, a afirmação de que tal processo foi um produto direto e intencional de uma manipulação realizada pela mídia e/ou pelas redes sociais. Retomando as proposições de Melucci, considera-se que o argumento da manipulação deixa de perceber a atuação de inúmeros outros agentes e intencionalidades que, muitas vezes usando habilmente as arenas midiáticas e redes sociais, também tiveram um papel fundamental na construção do ciclo de protestos de 2013.

O equívoco da homogeneização

Uma das dificuldades para a análise do ciclo de protestos de 2013 encontra-se na sua heterogeneidade, que confronta todas as tentativas de elaboração de interpretações homogeneizantes desse processo. Como já abordado anteriormente, o ciclo de protestos de 2013 é caracterizado pela diversidade de agentes, causas e demandas, as quais se articulam e disputam



nas ruas, nas redes e nas mídias a forma, o sentido e os efeitos das manifestações. Assim, homogeneizar tal processo em torno de determinado agente ou intencionalidade constitui uma simplificação que não encontra fundamentação empírica.

É exatamente em função dessa diversidade que defensores de interpretações completamente antagônicas sobre 2013 são capazes de encontrar elementos empíricos que parecem dar fundamentação a seus argumentos sobre “o sentido de 2013”. Mas, muitas vezes, observa-se uma seletividade nos elementos empíricos mobilizados para fundamentar tais interpretações, salientando aquilo que sustenta as posições defendidas e desconsiderando aquilo que as problematizaria.

Se o reconhecimento da heterogeneidade interna às manifestações, apesar das homogeneizações interpretativas, tende a ser mais ou menos disseminado, considera-se que há necessidade de maior atenção a outra forma de diversidade que marca o ciclo de protestos de 2013: a diversidade espacial. Em função das profundas desigualdades regionais em termos da produção e difusão de análises acadêmicas e jornalísticas, grande parte das interpretações de 2013 tende a ter como referência empírica a forma como o ciclo de protestos ocorreu e foi vivenciado na cidade de São Paulo. Constituiu-se, assim, uma tendência de generalização da experiência paulistana, como se essa fosse representativa de um processo nacionalmente homogêneo. Dessa forma, generalizam-se argumentos que, se são empiricamente pertinentes para o caso de São Paulo, mostram-se problemáticos ou mesmo equivocados quando mobilizados para interpretar outros ambientes empíricos.



De fato, enquanto um ciclo de protestos, uma das características de 2013 é uma difusão heterogênea do processo pelo território nacional. Heterogênea, de um lado, em termos da temporalidade. Enquanto em algumas cidades pode-se identificar um processo conflitivo que antecede o mês de junho e apresenta uma centralidade de agentes mobilizados em uma campanha relacionada ao transporte público, na maior parte das cidades não há essa campanha inicial e os protestos emergem em meados de junho já com a marca da diversidade de agentes, causas e demandas.

De outro lado, a heterogeneidade se expressa também na configuração do processo conflitivo em cada contexto local. Em algumas das cidades nas quais houve uma campanha preliminar relacionada ao transporte público, é perceptível a presença de coalizões de agentes envolvidos nessa campanha que atuaram ativa e coletivamente na disputa sobre a conformação do processo conflitivo na etapa de sua massificação no mês de junho. Em Porto Alegre, por exemplo, que tinha o protagonismo do Bloco de Lutas pelo Transporte Público, essa atuação demonstrou capacidade de disputar a configuração dos protestos no ápice do ciclo e de retomar a direção das ações a partir do final de junho. Já na maior parte das cidades nas quais não houve uma campanha prévia, com os protestos emergindo diretamente do processo de difusão, tende a não haver o protagonismo visível de agentes na constituição e condução dos protestos, que se conformam em grande medida a partir das interações tecnologicamente mediadas que se estabelecem entre o público mobilizado. Tais diferenças conformam protestos marcados por

particularidades significativas, que desafiam qualquer tentativa de unificação com base na generalização do que se observa em casos particulares.

O enigma da convergência

Um dos principais enigmas empíricos que ainda se mantém sobre o ciclo de protestos de 2013 se refere à compreensão do processo de convergência de agentes tão heterogêneos em termos de suas ideologias e causas no compartilhamento dos mesmos eventos de protesto. Esse enigma pode ser desdobrado em dois aspectos. O primeiro, se refere ao conhecimento sobre como os diferentes agentes envolvidos no processo interpretaram um contexto conflitivo e dinâmico, (re)definindo suas ações frente às (re)ações dos vários outros agentes (manifestantes, mídias, forças policiais, diferentes níveis de governo, opinião pública etc.).

Um desafio analítico para a compreensão desse aspecto se deve à dificuldade ainda existente para a identificação e análise de um conjunto de agentes que operaram em 2013 de forma pouco visível para quem estava fora de suas redes de comunicação e interação via redes sociais (a “face submersa” destacada anteriormente por Melucci). Enquanto as atuações de agentes mais visíveis na construção do ciclo de protestos de 2013 (tais como as organizações ou coalizões que organizaram as campanhas relacionadas ao transporte público, as mídias, os governos e as forças policiais) já foram objeto de pesquisas empíricas qualificadas, ainda faltam estudos aprofundados que possibilitem compreender quem eram e como atuaram determinados agentes que apresentaram expressiva capacidade de comunicação e mobilização, sendo parcialmente responsáveis pela massificação dos protestos em meados

de junho de 2013. No caso de Porto Alegre, por exemplo, enquanto o Bloco de Lutas apresentava algumas dezenas de milhares de seguidores no seu Facebook em meados de junho de 2013, um outro grupo, denominado Vem Pra Rua Porto Alegre, apresentava o triplo de seguidores no Facebook naquele mesmo momento.² No entanto, temos diversas pesquisas abordando o Bloco de Lutas e nenhuma (que se saiba) abordando o Vem Pra Rua Porto Alegre.

Pesquisas sobre manifestações contra a corrupção (TATAGIBA; GALVÃO, 2019; MELO, 2021) e grupos estudantis liberais-conservadores (GOBBI, 2016; BARBIERI, 2018) mostram que havia um intenso processo de organização e mobilização de forças sociais e políticas à direita do espectro político pelo menos desde a eleição de Lula em 2003. Compreender se e como esse processo se relaciona com a rápida, difusa e massiva capacidade mobilização de segmentos que trazem para os protestos de 2013 causas e demandas da direita é um enigma ainda a ser decifrado por futuras pesquisas.

O segundo aspecto que conforma o enigma da convergência refere-se à compreensão de como foi possível o compartilhamento das ruas, ainda que em um curto período de tempo. Mesmo com causas e demandas distintas e conflitivas, houve um momento em que essa diversidade de agentes esteve junta nos mesmos eventos de protesto, conformando uma convergência altamente improvável. Parafraseado o título de um livro do sociólogo Bernard Lahire, quais foram as razões do improvável?

² Essa informação se baseia em uma observação pessoal feita pelo autor nas páginas dos dois grupos no Facebook naquele período. Por não ter registrado esses dados, o número exato de seguidores não foi recordado.



Sem pretender responder a essa pergunta altamente desafiadora, apontam-se dois argumentos como hipóteses a serem empiricamente testadas. Em primeiro lugar, o ciclo de protestos de 2013 parece se constituir como um processo de convergência de uma diversidade de agentes que, apesar de suas diferenças radicais, tendiam a compartilhar a valorização da tática protesto como forma de expressão política. Tanto os segmentos de uma esquerda partidária ou libertária que criticavam os limites do sistema político para a efetivação de uma agenda de transformação social quanto os segmentos de uma direita antipetista que criticavam a convivência do sistema político com práticas de corrupção, tendiam a ver na mobilização da “voz das ruas” um instrumento fundamental para o avanço de suas causas e demandas. Protestar, então, passa a ser valorizado como uma forma legítima de expressão daquelas “vozes” que não encontram acolhimento e resposta dos atores e arenas institucionais.

Em segundo lugar, a convergência parece ter sido possibilitada por uma nova configuração do protesto que emerge naquele momento. De um lado, é um momento no qual há um expressivo crescimento de um ideário libertário e autonomista entre segmentos da juventude, particularmente a universitária. Esse ideário, que é central em mobilizações internacionais como o movimento dos Indignados espanhol e o ciclo dos Occupy nos EUA, também se difunde no Brasil com uma pauta de crítica aos partidos, à representação, às lideranças e às organizações hierárquicas. Isso se expressa em 2013 com uma forte resistência a qualquer tentativa de direção ou captura dos protestos pelas organizações sociais e políticas e seus militantes.



Trazendo novamente um exemplo de Porto Alegre, bem antes das manifestações de junho, o Bloco de Lutas impôs vários limites à presença de bandeiras de partidos, faixas e carros de som durante a campanha pela redução do preço da passagem de ônibus, como forma de evitar a caracterização da campanha como uma ação de um movimento, organização ou partido específico. Havia grande resistência a que participantes falassem com a imprensa ou com autoridades governamentais em nome do Bloco de Lutas, pois o princípio da representação era objeto de profundas críticas.

Essas características conferem às manifestações de 2013 diferenças significativas quando comparadas aos tradicionais protestos organizados por organizações de movimentos sociais ou grupos político-partidários. Nos protestos tradicionais, o(s) ator(es) promotor(es), a(s) causa(s) e a simbologia utilizada tendem a identificar explicitamente o protesto, restringindo significativamente as possibilidades de resignificação e apropriação do mesmo. No caso das manifestações de junho de 2013, ao contrário, havia uma zona de indefinição sobre quem promovia e qual a intencionalidade dos protestos, o que abria possibilidades significativas de disputa sobre o sentido dos mesmos.

Retomando o exemplo de Porto Alegre, foi muito significativo como a militância que compunha o Bloco de Lutas rapidamente percebeu a necessidade de restringir as possibilidades de disputa sobre o sentido dos protestos, revogando as restrições a símbolos partidários, faixas e carros de som. Quando os protestos se massificam, na segunda quinzena de junho, há uma intensa convocação a partidos, sindicatos e organizações de movimentos



sociais para que se integrem às marchas empunhando ostensivamente seus símbolos identificadores. E, entre segmentos à direita que participavam das marchas naquele momento, observou-se um forte incômodo com essa presença, que estaria querendo tomar o controle de “suas” manifestações.

De outro lado, o ciclo de protestos de 2013 é o primeiro momento no qual as mediações tecnológicas relacionadas à associação entre telefonia móvel e internet assumem centralidade na conformação de uma grande mobilização social no Brasil. Esse processo possibilitou uma descentralização das ações de preparação e convocação de manifestações, que tradicionalmente estavam centradas nas organizações e seus militantes. No formato tradicional, havia um significativo controle dos promotores sobre a forma como as manifestações eram publicizadas e os sentidos atribuídos às mesmas. Em 2013, ao contrário, há uma proliferação de indivíduos e grupos informais que se colocam publicamente como promotores das manifestações, agregando às mesmas sentidos e intencionalidades particulares.³

Um exemplo muito expressivo desse processo é o que se pode denominar de “facebookização” da convocação dos eventos de protesto, uma novidade que marcou o ciclo de protestos de 2013. Especialmente em junho de 2013, os protestos passam a ser divulgados como eventos no Facebook, com vários agentes atuando de forma descentralizada e autônoma nessa difusão e mobilização social. Tal fato introduzia uma opacidade sobre quem

³ Esse parágrafo dialoga com os argumentos de Bennett e Segerberg (2012) sobre a perda de centralidade das organizações e a importância das mediações tecnológicas na construção de mobilizações sociais contemporâneas. Tais processos, junto a outros, teriam produzido uma mudança qualitativa que os autores apreendem com o conceito de ação conectiva.



efetivamente estava convocando os protestos e qual era a finalidade dos mesmos, abrindo significativas oportunidades de disputa sobre o seu sentido.

Outro exemplo de mudanças significativas é a centralidade que assumiram determinadas hashtags no processo de mobilização social ocorrido naquele período. Em especial, destaca-se a hashtag #vempraruá, que promove uma tática – o protesto –, ao mesmo tempo em que deixa em aberto a causa – ir para rua para defender ou promover o quê? Essa indefinição também abriu oportunidades para que agentes diversos, com causas e intencionalidades diversas, se sentissem convocados para se integrarem às manifestações e disputarem a mensagem que a “voz das ruas” estaria ecoando.

A complexidade dos efeitos

Uma das principais polêmicas nas disputas sobre o “sentido de 2013” se refere aos seus efeitos. E, de fato, a identificação e demonstração empírica das relações de causalidade entre processos sociais e políticos tende a apresentar significativas dificuldades metodológicas. Sem a pretensão de abordar e arbitrar entre as várias atribuições de efeitos a 2013 presentes nas suas interpretações, esta seção aborda dois alertas teórico-metodológicos para as discussões e análises sobre os efeitos do ciclo de protestos de 2013. Além disso, a seção finaliza com um hipotético resultado de 2013 que tende a ser pouco abordado nas análises e pesquisas.

O primeiro alerta refere-se ao risco de atribuir a um processo social algo que é um atributo de indivíduos e coletividades humanas: sentido e

intencionalidade. Um processo heterogêneo e conflitivo como o ciclo de protestos de 2013, assim como o modelo de jogos complexos formulado por Norbert Elias (1999, p. 112), conforma um “jogo que existe apenas devido à trama de movimentos individuais de muitos jogadores, adquir[indo] uma dinâmica que *não foi planejada, determinada ou prevista por nenhum dos jogadores individuais*” (itálico no original).

Assim, a crítica ao argumento da espontaneidade e a demanda por um deslocamento do foco analítico para a agência de diversos agentes que atuaram para a produção do ciclo de protestos de 2013 e disputaram sua configuração e sentido, apresentada anteriormente, não implica afirmar que esse ciclo de protestos e seus efeitos são um resultante direto da intencionalidade de um ou mais desses agentes. Ao contrário, como qualquer processo social complexo, um ciclo de protestos é marcado por aquilo que se denomina de efeitos não intencionais da ação. A soma e disputa entre diversas intencionalidades, muitas delas contraditórias, produziu resultados em 2013 que possivelmente nenhum dos agentes individuais intencionasse ou desejasse.

Um segundo alerta, diretamente relacionado ao anterior, refere-se ao risco de interpretar um processo do passado em função de processos ocorridos no futuro, inferindo dessa ocorrência que tais processos do futuro foram causados diretamente e, mesmo, intencionalmente pelo processo do passado. Essa ilusão retrospectiva é recorrente nas interpretações sobre o ciclo de protestos de 2013, com destaque para aquelas que mobilizam as imagens da “caixa de Pandora” ou do “ovo da serpente”. Se é certo afirmar que



existem relações de causalidade entre os protestos de 2013 e a configuração das disputas políticas que marcam o Brasil nos anos seguintes, também é certo afirmar que tais relações não são mecânicas e lineares e, ainda, que tal configuração não estava predeterminada pelo processo conflitivo de 2013.

Nesse sentido, destaca-se a proposta de Charles Tilly (1991, p. 29) sobre a importância da temporalidade em nossas análises: “quando as coisas acontecem em uma sequência afeta *como* elas acontecem (...). Os resultados oferecidos em um determinado momento limitam outros possíveis resultados que poderiam ser obtidos em momentos posteriores” (itálicos no original^[A1]). Com base nessa perspectiva, destaca-se a importância de pesquisas que busquem identificar e analisar como o ciclo de protestos de 2013 se relaciona com processos posteriores, limitando ou oportunizando determinados resultados. A própria caracterização de 2013 como um evento crítico, feita na Introdução deste artigo, expressa essa importância.

Ao mesmo tempo, salienta-se a necessidade de evitar o estabelecimento de relações causais simplistas, que tendem mais a expressar uma intencionalidade de responsabilização do que de compreensão. Nesse sentido, uma decorrência da ilusão retrospectiva é a tendência, presente em muitas interpretações, de julgar e condenar agentes que construíram o ciclo de protestos de 2013 como os responsáveis por todos os “males” do futuro. Frente a essa tendência parece importante recordar o alerta de E. P. Thompson (2001):

olhemos a história *como* história – homens [e mulheres]
situados em contextos reais (que eles não escolheram) e



confrontados perante forças incontornáveis com uma urgência esmagadora de relações e deveres, dispondo, apenas, de uma oportunidade restrita para inserir sua própria ação – e não como um texto para fanfarronices do tipo *assim deveria ter sido*. [itálicos no original][A2]] (THOMPSON, 2001, p. 140)

Por fim, aborda-se um hipotético resultado de 2013 que parece ter importantes implicações para a conformação da dinâmica política brasileira nos anos vindouros. Ao fazerem a retrospectiva de 2013, os jornais gaúchos *Zero Hora* (voltado ao público da classe média) e *Diário Gaúcho* (voltado ao público das classes populares) utilizaram, respectivamente, as seguintes manchetes: “O que aprendemos com 2013: Reivindicar”; “Povo toma as ruas, berra e consegue benefícios”.⁴ Essas manchetes, que positivam a ação coletiva contestatória nas ruas, não deixam de ser surpreendentes, tratando-se de veículos midiáticos cuja cobertura de protestos tradicionalmente apresentou um enquadramento negativo e, no limite, criminalizante desse tipo de tática. E, em certa medida, elas expressam um reenquadramento da cobertura de protestos que se generalizou na mídia corporativa a partir de meados do mês de junho de 2013.

Ao mesmo tempo, pesquisas de opinião realizadas em 2013 identificaram avaliações positivas do protesto em níveis pouco comuns na sociedade brasileira. Na pesquisa do Datafolha realizada em 21 de junho de

⁴ Para uma cuidadosa análise da cobertura de veículos da mídia impressa do Rio Grande do Sul sobre as manifestações de 2013, ver Fernandes (2016). A referência às manchetes é extraída da pesquisa de Fernandes.

2013, por exemplo, 66% dos paulistanos entrevistados defendiam a continuidade dos protestos mesmo que o atendimento da reivindicação originária – a revogação do aumento na passagem do transporte público – já tivesse ocorrido. E, mais surpreendentemente, a taxa dos que defendiam a continuidade dos protestos subia significativamente quando se observavam determinados segmentos da população entrevistada: os mais escolarizados (80%) e os mais ricos (84%).

Essas poucas informações são suficientes para sustentar o argumento hipotético de que o ciclo de protestos de 2013 teve como um de seus principais resultados uma ressignificação mais ou menos profunda do protesto enquanto tática de expressão e reivindicação de demandas societárias. Protestar, que tendia a ser uma tática restrita a grupos sociais desqualificados enquanto “vândalos”, “radicais” ou “vagabundos”, parece ganhar uma positivação e, assim, passa a ser uma tática legítima e disponível para compor o repertório de ação política de grupos e segmentos sociais que tradicionalmente se opunham a essa tática.

Nesse sentido, destaca-se a incorporação do protesto ao repertório de ação de forças sociais e políticas identificadas à direita do espectro ideológico. Partindo de iniciativas relativamente fracassadas de construir grandes mobilizações antipetistas frente ao chamado “escândalo do mensalão”, essas forças vão vivenciar em 2013 o primeiro momento de demonstração de uma efetiva capacidade de difusão de seus discursos e de construção de uma mobilização social massiva orientada pelos mesmos. O ciclo de protestos de 2013 funciona como um grande “laboratório” de construção e experimentação



de enquadramentos, simbologias, táticas e estruturas de mobilização que, nos anos seguintes, irão ser empregados, com as devidas mudanças e adaptações contextuais, na construção da campanha pelo Impeachment da Presidenta Dilma Rousseff e nas mobilizações de grupos políticos da extrema-direita crescentemente articulados em torno de Jair Bolsonaro e/ou do intervencionismo militar.

Entretanto não é apenas no campo da direita que o protesto é ressignificado e positivado. No campo da esquerda, mesmo com todas as críticas aos “efeitos negativos” de 2013, observa-se uma tendência de valorização da ação contestatória extrainstitucional. Os limites das alternativas de participação institucional parecem ter ganhado crescente destaque a partir de 2013 e mobilização social ganha uma centralidade enquanto tática a ser utilizada para a expressão política das forças progressistas da sociedade. Mesmo em um contexto de divisões, desencantos e derrotas políticas devastadoras, mantém-se uma relativa capacidade de mobilização social no campo da esquerda.

Essa hipótese da ressignificação do protesto por diferentes segmentos do espectro ideológico, caso seja sustentável empiricamente, ajudaria a compreender a dinâmica de confronto político que se conforma a partir de 2013, na qual a ocupação e disputa das ruas se torna um elemento estruturante. De fato, é possível argumentar que, desde 2013, observam-se contínuos ciclos de protesto, que não chegam a ser plenamente substituídos por períodos mais ou menos longos de estabilização política. Ao contrário, a

sociedade brasileira parece ter vivenciado a última década como um permanente processo de mobilização e confrontação social.

Conclusão

Com base nos argumentos apresentados ao longo do artigo, pode-se retomar e qualificar a afirmação feita na introdução de que o ciclo de protestos de 2013 ainda se mantém como um processo enigmático e controverso. De um lado, é possível afirmar que, com base nas diversas pesquisas e análises científicas já realizadas, existe um conhecimento amplo e qualificado sobre diversas dimensões que se articulam na conformação dos protestos de 2013. Assim, em parte, enigmas e controvérsias se mantêm menos por falta de conhecimento empiricamente fundamentado, e sim pela falta de uma apropriação desse conhecimento pelo debate público. Assim, em termos analíticos, pode-se concluir que o ciclo de protestos de 2013 é um processo bem menos enigmático e controverso do que a forma como ele é apresentado no debate público.

Isso, obviamente, não significa que novas pesquisas empíricas não sejam necessárias. Ao contrário, como apontado em várias partes do artigo, ainda persistem importantes enigmas empíricos e teóricos sobre o ciclo de protestos de 2013. O distanciamento temporal e emocional em relação ao processo de 2013, ainda que tenda a dificultar o acesso a informações relevantes, permite a colocação de problematizações e o desenvolvimento de interpretações menos marcadas pelas urgências e disputas políticas conjunturais, conformando uma agenda de pesquisa que ainda precisa ser abordada.

De outro lado, compreendendo que o debate público tende a se orientar menos por questões analíticas e de conhecimento e mais por questões político-normativas e ideológicas, entende-se a permanência e, mesmo, intensificação das controvérsias sobre 2013. O que está em jogo em grande parte desse debate não é entender “o que aconteceu em 2013?”, mas, sim, mostrar “o que 2013 nos diz em 2023?” ou, melhor, “o que se quer dizer em 2023 com 2013?”.

Sendo um processo complexo, heterogêneo e conflitivo, o ciclo de protestos de 2013 pode ser seletivamente mobilizado para “dizer” muitas coisas, sustentar muitos argumentos e interpretações, fundamentar muitas avaliações e propostas. Pela sua configuração, esse ciclo de protestos, a depender do que é tomado como sendo seus elementos constitutivos, permite chegar a conclusões bastante distintas e, potencialmente, contraditórias. E tais contradições não são necessariamente um equívoco das análises, mas conformam o próprio processo que as análises tentam apreender.

Referências

- ALONSO, A. 2012. “Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito”. *Sociologia & Antropologia*, ano 2, v. 3, p.21-41.
- BARBIERI, A. O. 2018. *A nova onda liberal: uma etnografia do protagonismo e engajamento pró-liberalismo no Brasil contemporâneo*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- BENNETT, W. L.; SEGERBERG, A. 2012. “The logic of connective action”. *Information, Communication & Society*, 15:5, p.739-768.
- CASTELLS, M. 2015. *Networks of outrage and hope: social movements in the Internet age*. 2. ed. Cambridge: Polity Press.
- DIANI, M. 1992. “The concept of social movement”. *The Sociological Review*, 40, 1, p.1-25.
- DOIMO, A. M. 1995. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; ANPOCS.
- ELIAS, N. 1999. *Sociologia Fundamental*. Barcelona: Gedisa.
- FERNANDES, E. G. 2016. *Campos de batalha jornalística: os enquadramentos construídos por Zero Hora, Diário Gaúcho e Sul21 na luta pela (i)legitimidade do ciclo de manifestações de 2013, em Porto Alegre/RS*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- GOBBI, D. 2016. *Identidade em ambiente virtual: uma análise da Rede Estudantes Pela Liberdade*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília.

- MELO, L. P. 2021. *Treze anos de protesto contra a corrupção no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- MELUCCI, A. 2001. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes.
- RUCHT, D.; KOOPMANS, R.; NEIDHARDT, F. (Org.) 1999. *Acts of dissent: new developments in the study of protest*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers.
- TARROW, S. 1995. "Cycles of collective action: between moments of madness and the repertoire of contention". In: TRAUGOTT, M. (Org.). *Repertoires and cycles of collective action*. Durham: Duke University Press.
- TARROW, S. 2009. *Poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Vozes.
- TATAGIBA, L.; GALVÃO, A. 2019. "Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016)". *Opinião Pública*, v. 25, n. 1, p.63-96.
- THOMPSON, E. P. 2001. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp.
- TILLY, C. 1991. *Grandes estructuras, procesos amplios, comparaciones enormes*. Madrid: Alianza Editorial.
- TILLY, C. 2006. *Regimes and repertoires*. Chicago: University of Chicago Press.
- TILLY, C.; TARROW, S. 2007. *Contentious politics*. Boulder: Paradigm Publishers.
- TRAUGOTT, M. (Org.). 1995. *Repertoires and cycles of collective action*. Durham: Duke University Press.